

Carta de Leibniz a Coste¹, 19 de dezembro de 1707²

Gottfried Wilhelm Leibniz – Tradução de Sacha Zilber Kontic
sacha.kontic@usp.br
mestrando pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Hanôver, 19 de dezembro de 1707.

Eu vos agradeço por comunicar-me as últimas adições e correções do senhor Locke, e folgo muito também em saber o que me dizeis sobre sua última disputa com o senhor Limborch³. A liberdade de indiferença, sobre a qual versava aquela disputa e sobre a qual o senhor pede minha opinião, consiste em certa sutileza que poucas pessoas se interessam em compreender, apesar de muitas pessoas refletirem sobre isso. Ela recorda a consideração da Necessidade e a da Contingência.

Uma verdade é *necessária* quando o oposto implica contradição, e quando ela não é necessária, ela é dita *contingente*. É uma verdade necessária que Deus existe, que todos os ângulos retos são iguais entre si, etc., mas é uma verdade contingente que eu existo e que há corpos na natureza nos quais é possível ver um ângulo efetivamente reto. Pois todo o universo poderia ser feito diferentemente; sendo o tempo, o espaço e a matéria absolutamente indiferentes aos movimentos e às figuras, e Deus escolheu, entre uma infinidade de possíveis, o que ele julgava mais conveniente.

Mas, uma vez escolhido, é preciso admitir que tudo está compreendido em sua escolha e nada poderia ser alterado, pois ele previu e regrou tudo de uma vez por todas, visto que não regularia por partes e pedaços. De modo que os pecados e o mal, que julgou oportuno para permitir bens maiores, estão compreendidos de algum modo em sua escolha. É essa *necessidade* que podemos atribuir agora às coisas que virão que chamamos de *Hipotética* ou de *Consequência* (ou seja, fundada sobre a consequência da hipótese da escolha feita) que não destrói de modo algum a contingência

das coisas e não produz essa necessidade absoluta que a contingência não permite. E quase todos os Teólogos e Filósofos (pois é preciso excluir os Socinianos⁴) estão de acordo com a necessidade Hipotética que acabei de explicar e que não se pode combater sem reverter os atributos de Deus e até mesmo a natureza das coisas.

Entretanto, embora todos os fatos do universo sejam presentemente certos [401] em relação a Deus, ou (o que quer dizer a mesma coisa) determinados em si mesmos e até mesmo relacionados entre si, disso não se segue que sua relação seja sempre de uma verdadeira necessidade, ou seja, que a verdade que estabelece que um fato se segue de outro, seja necessária. E é isso que deve ser aplicado particularmente às Ações Voluntárias.

Quando se propõe uma escolha, por exemplo, de sair ou de não sair, é uma questão saber se, tomadas em conjunto todas as circunstâncias internas ou externas, motivos, percepções, disposições, impressões, paixões e inclinações, estou ainda em estado de contingência, ou se sou necessitado a tomar a decisão, por exemplo, de sair. Ou seja, se essa proposição verdadeira e efetivamente determinada: *em todas estas circunstâncias consideradas conjuntamente, eu escolherei sair*, é contingente ou necessária. A isso respondo que ela é contingente, pois nem eu, nem nenhum outro espírito mais esclarecido que eu, poderia demonstrar que o oposto dessa verdade implica contradição. E, presumindo que por *liberdade de indiferença* entende-se uma liberdade oposta à necessidade (como acabei de explicar), eu estou de acordo com essa liberdade. Pois sou efetivamente da opinião de que nossa liberdade, assim como a de Deus e dos espíritos bem-aventurados, é isenta não somente da coação, mas ainda de uma necessidade absoluta, por mais que ela não possa ser isenta da determinação e da certeza.

Mas acho que aqui é preciso ter uma grande precaução para não cair em uma quimera que contraria os princípios do bom senso, e que seria o que eu chamo de *indiferença absoluta ou de Equilíbrio*, que alguns concebem na liberdade, e que creio ser quimérica. É preciso considerar, portanto, que essa relação da qual acabei de falar não é necessária absolutamente falando, mas que ela não deixa certamente de ser verdadeira; e que geralmente todas as vezes que, com todas as circunstâncias tomadas em conjunto, a balança da deliberação é mais pesada de um lado do que de outro, é certo e infalível que esse lado será escolhido. Deus ou o perfeito sábio escolherão sempre o melhor racionalmente, e se uma opção não é melhor

que a outra, eles não escolherão nem uma, nem outra. Nas outras substâncias inteligentes as paixões frequentemente tomam o lugar da razão, e poder-se-ia sempre dizer em relação à vontade em geral: *que a escolha segue sempre a maior inclinação*, [402] na qual eu incluo ambas as paixões e as razões verdadeiras ou aparentes.

Vejo, entretanto, que há pessoas que imaginam que nos determinamos algumas vezes em favor da opção menos favorecida, que Deus algumas vezes escolhe, tudo considerado, o bem menor, e que o homem algumas vezes escolhe sem motivo e contra todas as suas razões, disposições e paixões; enfim, que escolhemos algumas vezes sem que haja alguma razão que determine a escolha. Mas é o que considero falso e absurdo, pois um dos maiores princípios do bom senso é que nada ocorre jamais sem causa ou razão determinante. Assim, quando Deus escolhe, é pela razão do melhor; quando o homem escolhe, será pela alternativa que o afetou mais. Se escolhe aquilo que enxerga como menos útil e menos agradável de algum modo, isso ter-se-á tornado talvez o mais agradável por capricho, por um espírito de contradição e por razões similares próprias de um gosto depravado, que não deixarão de ser razões determinantes, por mais que não sejam razões conclusivas. E jamais se encontrará qualquer exemplo contrário.

Assim, embora tenhamos uma liberdade de indiferença que nos salva da necessidade, nós nunca temos uma indiferença de equilíbrio que nos exime das razões determinantes. Há sempre aquilo que nos inclina e nos faz escolher, mas sem que possa nos necessitar. E como Deus é sempre levado infalivelmente ao melhor, ainda que não seja levado a isso necessariamente (senão por uma necessidade moral), nós somos sempre levados infalivelmente àquilo que nos afeta mais, mas não necessariamente; visto que o contrário não implica qualquer contradição, não era necessário nem essencial que Deus criasse, nem que criasse esse mundo em particular, ainda que sua sabedoria e bondade o tenham levado a isso.

É isso que o senhor Bayle, por mais sutil que tenha sido, não ponderou suficientemente quando pensou que um caso similar ao do Asno de Buridan fosse possível e que o homem, posto em circunstâncias de um perfeito equilíbrio poderia mesmo assim escolher⁵. Mas é preciso dizer que o caso de um perfeito equilíbrio é quimérico e nunca ocorre, pois o universo não pode ser partido nem cortado em duas partes iguais e

semelhantes. O universo não é como uma elipse ou alguma outra oval, que uma linha reta traçada pelo seu centro pode cortar em duas partes congruentes. O universo não tem centro, e suas partes são infinitamente variadas⁶. Assim, nunca [403] ocorrerá que tudo seja perfeitamente igual e afete igualmente uma parte e outra. E embora nós não sejamos sempre capazes de nos aperceber de todas as pequenas impressões que contribuem para nos determinar, há sempre algo que nos determina entre dois contraditórios, sem que a situação seja perfeitamente igual de um lado e do outro.

Entretanto, embora nossa escolha *ex datis* sobre todas as circunstâncias internas e externas tomadas em conjunto seja sempre determinada, e não dependa de nós alterarmos nossa vontade presente, não deixa de ser verdade que temos um grande poder sobre nossas vontades futuras ao escolher certos objetos de nossa atenção, e nos acostumando a certas maneiras de pensar; e por meio disso nós podemos nos acostumar a resistir melhor às impressões e a fazer a razão agir melhor, enfim, podemos contribuir a nos fazer querer aquilo que se deve. De resto, mostrei alhures que, tomando as coisas em certo sentido metafísico, nós estamos sempre em uma perfeita espontaneidade, e o que atribuímos às impressões das coisas externas vêm somente de percepções confusas em nós que correspondem a elas e que não podiam deixar de nos ser dadas no princípio em virtude da Harmonia preestabelecida, que estabelece a relação de cada substância com todas as outras.

Se fosse verdadeiro, senhor, que seus *Sevennois* fossem profetas, esse evento não seria contrário à minha Hipótese da Harmonia preestabelecida, e seria até mesmo bastante conforme a ela⁷. Sempre disse que o presente está grávido do futuro, e que há uma perfeita ligação entre as coisas, por mais distantes que elas estejam umas das outras, de modo que alguém que fosse bastante penetrante poderia ler uma na outra. Eu não me oporia até mesmo a alguém que defendesse que há planetas no universo onde as profecias são mais comuns do que no nosso, como haverá talvez um mundo onde os cães terão focinhos suficientemente bons para sentirem sua caça a 1000 léguas, talvez haja também planetas onde os Gênios tenham mais permissão do que aqui para interferir nas ações dos animais racionais. Mas quando se trata de raciocinar sobre o que se pratica aqui efetivamente, nosso juízo presuntivo deve ser fundado nos costumes de

nosso planeta, onde esses tipos de visões proféticas são muito raros. Não se pode jurar que não existam, mas pode-se bem apostar que aqueles a que nos referimos não são reais. Uma das razões que mais poderia me levar a julgá-los favoravelmente [404] seria o juízo do senhor Fatio, mas seria preciso saber o que ele pensa, sem tirar essa informação de um jornal. Se o senhor tivesse convivido habitualmente, com toda a atenção apropriada, com um cavalheiro com uma renda de duas mil libras esterlinas, que profetiza bem em grego, em latim e em francês, embora só saiba bem o inglês, não haveria mais nada a dizer. Assim vos suplico, senhor, que me forneçais mais esclarecimentos sobre um assunto tão curioso e tão importante, e sou, com zelo, etc.

¹ Pierre Coste (1668-1747) era – ao lado de Thomas Burnett e Lady Masham – um dos principais correspondentes de Leibniz na Inglaterra. Protestante, Coste fugiu da França e se refugiou na Inglaterra após a revogação do Édito de Nantes. Foi o tradutor de diversas obras de Locke e de outros autores ingleses para o francês (inclusive da edição do *Essay on Human Understanding* da qual Leibniz se valeu para compor as falas de Filaleto nos *Nouveaux Essais*).

² Tradução a partir de *Leibniz, Die philosophischen Schriften*, herausgegeben von Gerhardt, Berlin: Georg Olms Verlag, 1890, vol. III, pp. 400-404. A numeração em colchetes no corpo do texto corresponde à numeração dessa edição.

³ Leibniz se refere à controvérsia entre Locke e o teólogo holandês Phillip van Limborch sobre a definição que o filósofo inglês fornece da liberdade da vontade no *Essay on Human Understanding*.

⁴ Seita protestante, formada durante os séculos XVI e XVII, que rejeitava a doutrina da Trindade, do pecado original e defendia que a onisciência divina se limitava às verdades necessárias, mas não abrangia as contingentes. Os socinianos consideravam que, se Deus possuísse uma onisciência completa que englobasse as verdades contingentes, ela seria incompatível com a existência da liberdade humana.

⁵ Cf. o artigo *Buridan* do *Dictionnaire historique et critique* de Bayle. Nele, o autor do *Dictionnaire* admite a possibilidade de um equilíbrio na escolha e, contra Espinosa, defende que esse equilíbrio não implica na inação do sujeito.

⁶ Leibniz retoma essa mesma metáfora nos *Ensaio de Teodiceia*, §307.

⁷ Cf. GP III, p. 393, onde Coste se refere aos *Sévennois*, calvinistas franceses que profetizavam em línguas e se rebelaram contra Luís XIV após a revogação do Édito de Nantes. Esse episódio ficou conhecido posteriormente como a “guerra dos Sévennois” ou “revolta dos *camisards*”.